

Deslize elétrico de R\$ 200 bilhões¹

Edvaldo Santana²

Ao contrário do que especulavam antigas teorias pseudocientíficas, traduzidas em livros e documentários, como “Eram os deuses astronautas”, as estátuas da Ilha de Páscoa não foram obras de extraterrestres com a ajuda de tecnologia alienígena. Os moais, denominação daquelas esculturas gigantescas, foram esculpidos pelos insulares entre os séculos XII e XVI. Eram uma reverência aos ancestrais dos chefes dos clãs que lá habitavam.

Para transportar os moais a uma distância de 15 km, eram utilizados arremedos de trenós e alavancas de madeira, além de utensílios como cordas e resina feitas de casca de árvores. Foram tantas as estátuas (cerca de 950) que em 1722, quando os holandeses desembarcaram na ilha, só existiam arbustos e árvores de no máximo 2 metros de altura. A população, para esculpir, transportar e pôr de pé os moais, derrubou todas as árvores.

E a madeira era essencial na construção de canoas oceânicas, úteis na busca dos peixes que alimentavam o excepcional contingente de escultores e carregadores dos moais. Sem o pescado, a saída foi comer o que restava de aves terrestres e, depois, praticar o canibalismo. A Ilha de Páscoa entrou em colapso, no que talvez tenha inaugurado o ecocídio.

Essa história, com riqueza de detalhes, está em “Colapso”, livro de Jared Diamond, que pergunta: no que pensavam as pessoas que abateram as últimas árvores? Por que uma sociedade leva adiante decisões tão obviamente desastrosas?

O setor elétrico brasileiro (SEB) tem suas decisões inacreditáveis. A mais famosa, que não é a mais desastrosa, é a sempre lembrada Medida Provisória (MP) 579. Em 2012, ao querer reduzir na marra a conta de luz, o governo, seguindo ideias de carreiristas, resolveu aplicar o custo histórico para calcular tarifa das hidrelétricas (UHEs), que depende dos custos futuros, como o valor da água e dos combustíveis.

Importantes entidades de classe foram na onda, de olho no bônus tarifário. Mas foi um fracasso total, apesar dos alertas de um ou outro técnico independente. Até hoje o pequeno consumidor paga por aquele efeito manada do oportunismo.

Ficou longe do grande público um entrevero de julho. O governo, via comitê de monitoramento (CMSE), homologou os parâmetros de aversão, que são os números que simulam, num modelo matemático superado, a maior ou menor aversão ao risco hidrológico. Como o cenário é (há muito tempo) desfavorável, o CMSE foi conservador com os parâmetros, o que elevará o preço no mercado de curto prazo. Os agentes que adquirem energia para revender ou completar seus portfólios reclamaram uma barbaridade. Mas faz sentido a cautela do governo.

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/deslize-eletrico-de-r-200-bilhoes.ghtml> Acessado em 12.08.2025

² Doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel

O professor Alexandre Street, junto com Arthur Bragatto, aluno de doutorado, e outros pesquisadores da PUC-Rio, provaram em artigo publicado na IEEE "Transactions on Energy Markets, Policy, and Regulation", conceituada revista científica, que a série de vazões utilizada no sistema elétrico tem um viés otimista. Considera um volume de água maior que o real, que, afirmo, leva ao uso inadequado dos reservatórios, distorce os incentivos e reduz artificialmente o preço.

Com MP 1307, governo cria medonha reserva de mercado, ignora brutal sobra de energia e aumenta curtailment

Tais vazões adotam um princípio estatístico conhecido como série estacionária. Uma propriedade dessas séries é a média e a variância constantes. Ocorre que, devido às mudanças no clima, o montante de água que chegou às UHEs entre 2013 e 2025, por exemplo, foi bem menor que a média desde 1931. A média já não é constante, e as séries estacionárias são insuficientes para representar as vazões.

É, por isso, um equívoco grosseiro insistir no uso de séries estacionárias no sistema elétrico, e os parâmetros de aversão não passam de gambiarras sofisticadas para atenuar os impactos da prática de um conceito impróprio.

Há um gráfico, encontrado no site de diferentes lobbies e empresas, que, sem querer, reproduz um efeito do viés otimista. Entre 2014 e 2024 o preço da energia no mercado livre, cuja base é o modelo matemático ultrapassado, foi, na média, R\$ 145/MWh menor que o preço para os pequenos consumidores. Em 2024 essa diferença chegou a R\$ 164/MWh e, em 2023, aos incríveis R\$ 200/MWh, a síntese do estímulo viesado.

Essa vantagem do mercado livre também é fruto da competição entre vendedores, mas, em maior medida, vem de subsídios e da orientação otimista ou deslize conceitual de boa-fé, porém imperdoável. Em 10 anos, sob esses incentivos, mais que R\$ 250 bilhões foram transferidos do ambiente regulado para o livre. Como, no período, R\$ 50 bilhões vieram de subsídios ao grande consumidor, o restante é motivado por esse deslize, quase uma síndrome de Pollyana das vazões.

Dia 17 julho foi editada a MP 1307. Por ela, empresas das zonas de processamento de exportação (ZPEs) só comprarão energia de fontes renováveis, e se as usinas forem novas, isto é, se entrarem em operação depois da MP. O governo, com mais essa medonha reserva de mercado, ignorou a brutal sobra, que não poderá ser vendida às empresas das ZPEs. É um erro grotesco, que aumentará o curtailment. É a notória, mas não inédita, MP que já nasce com um "jabuti".

No ecocídio da Ilha de Páscoa, é provável que os nativos não tinham como prever os efeitos do desmatamento. Mas não é o caso das dezenas de disparates do SEB, três deles aqui descritos. Por que ignoram sinais tão óbvios de erros graves?

Tenho duas explicações não mutuamente excludentes. A primeira é o cômodo viés da normalidade - "no SEB sempre fizemos assim". E o arranjo entre grupos que, sem qualquer pudor, se unem em acordos espúrios, no geral em desfavor de quem ficou de fora, é outra possível causa. Exemplo: atuar para reduzir o preço dos modelos matemáticos e, na outra ponta, encher de subsídios e encargos a conta de luz do pequeno consumidor é um esquema obscuro, mas rentável. É desse combinado que brota o deslize de R\$ 200 bilhões.

Para concluir: a escolha de Belém (PA) como sede da COP30 foi um erro desastroso. Basta consultar os jornais da época da decisão para identificar sólidos argumentos que ilustravam porque não daria certo. Agora, corre-se na busca de justificativas, se existem, para o retumbante e esperado fracasso. Num país pobre, numa região mais ainda, faremos a COP dos ricos.